
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS - UNIFEOB**

(Daniela Aparecida Agostinho - 22000620)

(Isabela Ferreira Rodrigues - 22000648)

(Isadora Martins Nicoleti - 22000563)

(Talita Rafaela Dearo - 22001504)

**A PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

São João da Boa Vista/SP

2022

RESUMO

A área social, apesar de desvalorizada no Brasil, é de extrema importância para a população, em especial a que se encontra em situação de vulnerabilidade, e a inserção do psicólogo nessa área, apesar de recente e necessária, é permeada de desafios. Levando-se em consideração o escasso número de trabalhos acadêmicos, assim como a dificuldade de se encontrar informações atualizadas, incluindo o O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), cuja versão mais atual acerca da área da assistência remete ao ano de 2012, esse trabalho utilizou-se de uma revisão bibliográfica para coletar e analisar dados acerca dos desafios que permeiam a área da assistência e, conseqüentemente, a atuação do psicólogo dentro dela. Dentro dos desafios identificados, destacaram-se a falta de investimentos, infraestrutura precária, gestão desqualificada e estigmas acerca do papel do psicólogo fora da clínica tradicional. Desse modo, espera-se que por meio da exposição e análise desses dados, seja possível contribuir para uma preparação mais completa e atualizada dos profissionais psicólogos para que possam cumprir plenamente seu papel de transformador social.

Palavras-chave: Psicologia; Assistência Social; Psicologia Social; CREPOP; Desafios; SUAS

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social), presente por todo o Brasil, é o instrumento utilizado pelo país para perpetuar ações de assistência social. Entre seus objetivos, consistem a garantia dos direitos dos cidadãos, promovendo bem-estar e proteção social a todos que dela necessitarem. Assim, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), entra como unidade de oferta desses serviços em áreas de vulnerabilidade dentro do território nacional. Dessa maneira, “a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas.” (CREPOP, 2008, p.22).

Segundo Andery (1992, p. 205), apesar das pesquisas no campo da psicologia social terem surgido desde o início do século XX, foi apenas nos anos 70 que os estudos dessa área são efetivamente reaproximados com as ciências histórico-sociais, levantando uma nova maneira de estudar o social dentro da psicologia. A partir disso, a psicologia social se construiu em função de um compromisso social, utilizando conhecimentos e técnicas psicológicas

comprometidas com a transformação social. No campo da assistência, a psicologia se afasta do atendimento voltado exclusivamente para o individual, se aproximando da comunidade, do cotidiano das pessoas e das instituições populares, com enfoque em uma visão coletiva, da comunidade como um todo.

A inserção do psicólogo nos centros de assistência social é uma conquista relativamente recente, uma vez que a participação do psicólogo como membro obrigatório da equipe do Cras ocorreu apenas a partir de 2011, com a Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Desse modo, o psicólogo teve que sair de sua "zona de conforto" dentro do atendimento clínico individual, para passar a compor uma equipe multidisciplinar, com foco no atendimento grupal e bem estar coletivo. Diante disso, "a inserção do psicólogo no campo da Assistência Social requer a construção de novas metodologias, e de uma reflexão crítica acerca da própria atuação profissional em um cenário de desigualdade social". Entretanto, observa-se uma carência na quantidade de materiais teóricos, além de uma grade insuficiente durante o período do curso, o que leva muitos profissionais a buscarem formações complementares após a graduação.

Ademais, notou-se que apesar de os serviços de assistência serem de extrema importância para a população, em especial a que se encontra em situação de vulnerabilidade, ainda existem inúmeros desafios e carências dentro desse campo, que não recebe a devida atenção e valorização por parte do Estado. Entre a falta de investimentos, infraestrutura precária e alta rotatividade de profissionais, os assistentes sociais e psicólogos trabalham em conjunto para quebrar essas barreiras e se fazer garantir os direitos dessa população.

Por esse motivo, é de suma importância esclarecer pontos em que há carência de informações a respeito da atuação do psicólogo na área de assistência, seja pela falta de trabalhos acadêmicos acerca do assunto, assim como Crepops e pesquisas desatualizadas. É necessário também, elucidar as pessoas sobre a importância do papel do psicólogo social na comunidade, trabalho este que é desvalorizado, tanto pelas instituições, quanto pela própria população que desconhece seus benefícios.

Desse modo, este estudo buscou auxiliar na formação de um profissional mais preparado e capacitado para encarar um cenário realista, por meio da coleta de informações atualizadas e por dentro dos contextos sociais das comunidades no Brasil.

1.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NESSE CAMPO

A Assistência Social ou também chamada por SUAS (Sistema Único de Assistência Social) tem como objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, por meio do apoio a indivíduos, familiares e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, através de serviços, benefícios, programas e projetos. A prática profissional do psicólogo junto a políticas públicas de Assistência Social é a de um profissional da área social produzindo suas intervenções em serviços, programas e projetos afiançados na proteção social básica, a partir de um compromisso ético e político de garantia dos direitos dos cidadãos.

As ações do SUAS encontram-se organizadas em dois níveis de complexidade: a proteção social especial, que por não ser o objeto central deste trabalho será referenciado de modo sucinto, e a proteção social básica, que será explorado de modo mais abrangente ao longo de todo o artigo. Vale ressaltar que esta divisão é meramente didática, pois os serviços, programas, projetos e benefícios deverão se articular entre as complexidades e com as demais políticas locais, para garantir a sustentabilidade das ações e o foco nos grupos, famílias e indivíduos atendidos, buscando superar as condições de vulnerabilidade e a prevenção das situações que indicam risco potencial.

O Serviço de Proteção Social Especial é dividido em média e alta complexidade. Os de média complexidade são aqueles que oferecem cuidado às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas isso quando o vínculo familiar e comunitário não foi rompido, inclui-se os CREAS. Já os de alta complexidade garantem proteção integral de moradia, alimentação, higienização e trabalho, protegendo os que se encontram sem referência ou também em situação de ameaça, e que necessitam sair de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Os CREAS são unidades que realizam serviços de desenvolvimento de estratégias de atenção sociofamiliar visando a reestruturação do grupo familiar e elaboração de novas referências morais e afetivas, bem como o acompanhamento individual, apoios e encaminhamentos, e processos voltados para a proteção e reinserção social. Algumas unidades necessitam ter em sua equipe o coordenador, o assistente social, o psicólogo, o advogado, profissionais de nível superior ou médio para

trabalhar na abordagem dos usuários e o auxiliar administrativo, nesse caso, são implantados de acordo com o porte, nível e demanda dos municípios, bem como o grau de incidência e complexidade das situações de risco e de violação de direitos. Dentro da Proteção Básica do SUAS encontra-se o CRAS, que atua na prestação de serviço e programas socioassistenciais às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário, destinado à população em situação de vulnerabilidade. Essa rede tem as devidas funções básicas das famílias de prover proteção e socialização dos seus membros.

1.2 DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA

A atuação do psicólogo nesse campo é um desafio uma vez que vai além de uma atuação técnica, pois não se resolvem as questões sociais e a falta de acesso da população ao atendimento psicológico disponível. Vê-se que é necessário um olhar crítico pelos profissionais dessa área.

Um dos maiores desafios encontrados hoje é “Ampliação das equipes”, pois o salário muitas vezes é extremamente baixo, porém, a quantidade da demanda é sempre maior do que a capacidade da equipe. Com uma equipe incompleta, apresentam-se grandes problemas, trabalhos precarizados, terceirizados e em tempo menor do que é exigido para um atendimento de qualidade.

“Não dar conta de tanto trabalho” também acaba sendo um desafio, o Brasil é um dos países com mais desigualdade no mundo, o que é evidente, pois essa desigualdade está escancarada e lida-se com ela todos os dias. Isso significa que, mesmo com o Brasil tendo tantas riquezas, ela está concentrada nas mãos de poucos. Como consequência, milhares de pessoas enfrentam dificuldades diariamente, passando fome, vivendo em moradias precárias e lidando com diversos outros problemas. Dessa maneira, os psicólogos da assistência social não conseguem fazer garantir os direitos básicos de toda a população que precisa desse suporte, o que acaba se tornando um volume imenso de trabalho para a área social, fazendo com que os profissionais se desdobram e mesmo assim, não deem conta de toda a demanda de serviço.

Portanto, o psicólogo precisa do suporte dos demais profissionais para manter a qualidade no atendimento social, e para ajudar a melhorar sua própria atuação no campo da assistência social.

1.3 O CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP)

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), tem como principal objetivo promover a qualificação da atuação profissional de psicólogos/as que atuam nas diversas políticas públicas.

A criação da CREPOP se desenvolveu através de reflexões sobre a prática profissional dos psicólogos no Brasil em 1970, tais reflexões ampliaram a inserção dos psicólogos no campo social durante a década de 1980 e 1990, tornando urgente o aprofundamento nos conhecimentos sobre a relação entre Psicologia e Políticas Públicas.

A ideia do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas surgiu durante a realização do Banco Social de Serviços, sendo debatida e definida como deliberação do V Congresso Nacional de Psicologia, em 2004.

Em 2005, o relatório de experiência do Banco Social de Serviços apresentou o projeto do Crepop como sua continuidade.

“O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas deve fazer, permanentemente, um esforço de identificar as práticas dos psicólogos no interior das políticas públicas, práticas estas que estão dispersas, desorganizadas ou são eventuais e convocar os seus protagonistas, ou seja, aqueles psicólogos que são pioneiros ou que estão respondendo por essa prática, no sentido de que eles se organizem para produzir referências sobre essa atuação, para que depois possam ser documentadas e possam ser colocadas à disposição daqueles que as necessitam. Essas referências devem estar à disposição dos psicólogos que desejam trabalhar nessa esfera de políticas públicas, dos contratantes dos psicólogos, no sentido que eles possam ter clareza da contribuição específica e das expectativas legítimas que podem ser cultivadas acerca da participação da psicologia nessas políticas públicas, e das universidades e centros de formação, no sentido de que o conhecimento dessas práticas

possa orientar o preparo dos futuros psicólogos já sintonizados com a realidade do mercado profissional.”(Conselho Federal de Psicologia, p. 95).

Foi aprovado na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças em dezembro de 2005, iniciando as atividades em 2006 com um importante papel ético e político que contribui para uma atuação crítica de psicólogos engajados na garantia de direitos e na defesa das políticas públicas.

1.4 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 1801 o médico psiquiatra Jean Marc-Gaspard Itard lançou um livro chamado "A educação de um homem selvagem", onde descrevia as etapas do processo de educação de um menino chamado Victor, que estima-se ter sido abandonado entre 4 e 5 anos de idade e, desde então, passou a viver sozinho e fora da sociedade. Quando foi encontrado, aos 12 anos, Victor, como foi posteriormente batizado pelos médicos que cuidavam do seu caso, não sabia falar, não entendia o que lhe falavam, andava com as mãos e pés e rejeitava roupas. Em sua obra, Itard, questionando-se do diagnóstico de deficiência mental de Victor proposto por outros profissionais do caso, comprovou que sua condição se devia a uma vida sem convívio social e isolada da civilização, uma vez que, após o período em que foi educado por Jean-Marie, o garoto já era capaz de realizar várias atividades cotidianas.

Sob essa premissa, observa-se a força da influência da sociedade e do convívio social sobre o indivíduo, tanto no aspecto social e comportamental, quanto no psicológico. Desse modo, ao se estudar a psicologia, é mister compreender também o contexto social ao qual aquele indivíduo está inserido e, para isso, o estudo da sociologia é indispensável.

Historicamente, a gênese do Serviço Social acontece diante da sociedade capitalista, em meio às desigualdades resultantes dessa estrutura. Esses serviços, então, têm como finalidade o auxílio dessas populações para que saiam de sua condição de vulnerabilidade. Sob maior análise, observa-se grande influência positivista em tal mentalidade, uma vez que "o positivismo busca a harmonia e a ordem social a partir da razão" (GONDIM et al., 2018). Assim, considerando as mudanças da sociedade pós-industrial, novos temas como exclusão social, desagregação familiar, disseminação das drogas, violência urbana, etc, vêm

surgindo como área de investigação da sociologia. Sob essa ótica, a sociologia busca apreender as causas e os agravantes desses fenômenos de ordem social. Por conseguinte, uma vez compreendidos, se tornaria possível o desenvolvimento de projetos de intervenção, em especial os voltados para a área de assistência.

Portanto, é fundamental que o psicólogo, ao atuar na área da assistência, possua uma visão da comunidade como um todo, compreendendo não só a situação individual de cada um, mas todo o contexto social em que o indivíduo está inserido. Por esse motivo, o estudo da sociologia é essencial para que seja possível para esse profissional atuar como um agente de transformação social, fazendo-se garantir os direitos daquela população.

1.5 PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dentro da Psicologia Social tem-se vertentes de atendimentos como o CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). A atuação do psicólogo no ramo da Assistência Social pode ser considerada recente no Brasil e ainda impõe inúmeros desafios e problemas aos profissionais, mas é notório que esta área exerce um papel importante tanto para o indivíduo em si, como para ele com o todo (sociedade). É por ela que muitos conseguem sanar suas necessidades e construir uma boa relação comunitária.

Porém, este espaço ainda necessita de novas metodologias e de uma reflexão crítica acerca da própria atuação profissional num cenário de desigualdade social. É indispensável que haja pesquisas aprofundadas sobre a situação real do indivíduo, pois, não há de haver melhoras se busca-se tratar apenas o ele próprio. O social requer mais. Normalmente, o sujeito que chega em uma unidade dessas, traz consigo toda uma problemática que pode envolver abusos, drogas, baixa renda e baixa escolaridade, portanto, a maneira como esse deve ser acolhido exige um pouco mais de cautela e atenção.

É importante que haja trocas entre o Psicólogo e o Assistente Social, de maneira que se possa ter real ciência do que se passa no cotidiano daquele paciente e de quais abordagens serão eficazes. Além de planos de ação que possam modificar e melhorar a vivência deste como ser.

1.6 ÉTICA PROFISSIONAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Questões éticas são discutidas desde a Idade Antiga, pelas mãos de Sócrates, Platão e Aristóteles esse assunto ganhou ainda mais força. Nos dias atuais, ética e moral andam juntas em nossa sociedade.

A Psicologia, como outras profissões, traz consigo seu próprio Código de Ética, o qual teve sua última atualização publicada em 2005 (Resolução CFP 010/2005). Nele temos acesso ao que é dever ou o que é vedado ao profissional. Este conta com vinte e cinco artigos, sete princípios, e traz todo um referencial teórico de como deve ser a relação entre psicólogo, sociedade e ciência.

A função de um CE (código de ética) é ser um norteador de valores relevantes para o social e de padrões de conduta que fortaleça o reconhecimento daquela categoria perante toda a sociedade (estudos e pesquisas, atendimentos, etc). Com isso, entende-se que um CE não deve ser visto como normas imutáveis já que a sociedade em si está em constantes transformações, isto pede reflexões contínuas sobre o próprio código de ética que nos orienta.

Conforme Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP 010/2005) “III.O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.”

Aqui um dos princípios que melhor descreve a atuação de um Psicólogo Social. Além de dar local de fala para o sujeito, é indispensável que aprofundemos os estudos em todos estes campos para assim ter uma resolução efetiva de casos. Como é sabido, não basta ouvir o sujeito sem se interessar pelo social envolto deste. Além do atendimento direto com pacientes, um Psicólogo do SUAS, por exemplo, também tem o trabalho interdisciplinar com todo o restante da equipe. Exige-se atenção e ética para direcionar suas anotações e fichamentos de pacientes, como colocar apenas informações relevantes para o acompanhamento de um outro profissional, informações claras mas que não infrinjam o sigilo profissional e a confiança conquistada entre psicólogo e paciente.

Outro ponto importante em citar ética na profissão é que o psicólogo deve estar atento para que não haja envolvimento além do profissional, como criar vínculos que ultrapassem o terapêutico - amoroso, por exemplo.

É dever do Conselho de Psicologia (regional ou federal) regulamentar, fiscalizar e orientar o exercício profissional destes.

1.7 CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A análise comportamental tem como objetivo analisar e compreender a interação entre os indivíduos e o ambiente em que estão inseridos, assim como suas influências uns sobre os outros. O psicólogo, ao atuar na área de assistência, precisa analisar, não só a condição da pessoa como um ser isolado, mas também o ambiente em que ela está inserida. Para isso, é comum que os profissionais realizem visitas domiciliares aos usuários dos serviços sociais, dessa forma o estudo da psicologia comportamental e análise do comportamento é fundamental para estabelecer as influências, tanto positivas quanto negativas, do ambiente sobre o indivíduo e vice-versa.

Desse modo, as visitas domiciliares atuam como um importante ponto para a compreensão das variáveis que influenciam na vivência dessas pessoas. Assim, através da observação e identificação das contingências que, segundo Skinner, consistem em "qualquer relação de dependência entre eventos ambientais ou entre eventos comportamentais e ambientais" (Catania, 1993; Skinner, 1953, 1969; Todorov, 1985), pode-se elaborar estratégias de adaptação e auxílio específicos para aquela situação.

"O comportamento não pode ser entendido isolado do contexto em que ocorre. Não há sentido em uma descrição de comportamento sem referência ao ambiente, como não há sentido, para a psicologia, em uma descrição do ambiente apenas" (Todorov, 1981), dessa maneira, é possível pressupor que uma família em situação de vulnerabilidade social, como por exemplo, situação de pobreza, teria sua vivência e comportamentos diretamente influenciados devido ao seu contexto social. Por esse motivo, uma análise que não considere a influência do ambiente nos comportamentos do indivíduo seria ineficaz, uma vez que os dois estão diretamente interligados.

Ademais, os saberes da análise comportamental também são necessários para que se possa identificar os reforçadores de determinados comportamentos. Para o Behaviorismo, define-se "reforçador positivo como qualquer estímulo que, quando apresentado, aumenta a frequência do comportamento ao qual é contingente" (CARVALHO; MAYER, 2011). Por exemplo, uma família se encontra em situação

financeira vulnerável e passa a receber um auxílio governamental cujo objetivo seria apenas servir como suporte para complementar a renda daquela família. Porém, o provedor dessa família deixa de procurar outras fontes de renda porque passou a receber esse auxílio. Nesse caso, o auxílio passa a atuar como um reforçador para o comportamento de não procurar outras fontes de renda, fazendo com que essa família se mantenha em situação de vulnerabilidade.

Portanto, identificar os contingentes e reforçadores torna possível o desenvolvimento de estratégias que visem mudar tal situação, logo, a utilização da análise comportamental pelo psicólogo que atua na área da assistência social é vital para que esse profissional possa atuar como ferramenta de transformação social, ajudando a melhorar a qualidade de vida dos habitantes daquela comunidade.

2. OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa foi compreender as práticas do psicólogo no cotidiano de um serviço de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social no Brasil. Ademais, procurou-se também compreender os possíveis desafios que o profissional poderia vir a enfrentar durante sua atuação nesse campo. Desse modo, através da coleta e exposição de dados mais aprofundados acerca da natureza do trabalho cotidiano do psicólogo na assistência, esperou-se esclarecer possíveis dúvidas, incertezas e estigmas que cercam sua atuação nessa área, para que, dessa maneira, o profissional sinta-se mais confiante e capacitado, podendo oferecer um trabalho de melhor qualidade.

3. METODOLOGIA

A revisão bibliográfica consiste na leitura de diversos materiais relativos a uma determinada área de conhecimento, como artigos, livros e pesquisas. Ao analisar e selecionar os textos que melhor se enquadram no tema do projeto, adquire-se um repertório mais amplo, assim como diferentes pontos de vista e abordagens acerca de um assunto de interesse. Partindo desse pressuposto, utilizando-se o método da revisão bibliográfica, foi feito um levantamento bibliográfico de publicações referentes a Psicologia na área da Assistência Social. As buscas foram realizadas entre Agosto e Setembro de 2022, foram consultadas as bases de dados do Google

Scholar, SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), assim como o CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas) e o Código de Ética Profissional do Psicólogo, utilizando como palavras-chave "psicologia", "assistência", "SUAS".

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

A coleta de dados foi realizada no dia 15/10/2022 pelo Google Meet com a Psicóloga "A", de 37 anos, com graduação e doutorado em Psicologia, especialização psicanalítica em Saúde Mental com Intervenção em Grupos, Instituições, Casais e Famílias e mestrado na área Interdisciplinar de Ciências, Tecnologia. "A" teve sua experiência no SUAS através da Residência Inclusiva em São João da Boa Vista/SP, do CRAS em Sumaré/SP e da OSC em Campinas.

No dia 26/10/2022 foi realizada uma coleta de dados pela mesma plataforma com o Psicólogo "B". Formado em 2017 em Psicologia e é psicanalista em formação. "B" teve sua primeira experiência no SUAS através de um estágio no CRAS de Guaxupé/MG ainda na graduação, e em 2020 iniciou seu trabalho no CRAS de Tapiratiba/SP durante 2 anos.

4.2 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SUAS

Com um importante olhar humanizado, a atuação do psicólogo no SUAS, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas, tendo como objetivo principal, garantir a proteção social aos cidadãos. A prática profissional do psicólogo junto a políticas públicas de Assistência Social é produzir suas intervenções em serviços, programas e projetos afiançados na proteção social básica.

(...) Os profissionais atuam em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, visitas domiciliares, etc.- (A).

(...) a ideia é fornecer prevenção da vulnerabilidade.- (B).

(...) As atividades variam dependendo do nível de complexidade.- (A).

A inserção do psicólogo no SUAS é um importante ponto de partida para o desenvolvimento das comunidades, pois é através do bem-estar dos sujeitos e dos grupos sociais, que se pode construir a autonomia destes, proporcionando sua inserção na sociedade de forma digna.

“Lane (1985) afirma que a Psicologia Social estuda a relação entre o indivíduo e a sociedade, entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para continuidade da sociedade.”

4.2.1 NÍVEL DE COMPLEXIDADE

É preciso que haja maior ênfase na prática da atuação do psicólogo no SUAS.

Cabe ao profissional de psicologia auxiliar e colaborar com a comunidade, buscando estabelecer os objetivos prioritários, visando desde o início à participação destes, pois são eles os sujeitos capazes de colocar em prática ações que possibilitem a melhoria de seu bem estar psicossocial.

É importante enfatizar que as responsabilidades do profissional variam de acordo com a complexidade. Como é um trabalho psicoeducativo, trabalha-se bastante com grupos socioeducativos ou psicoeducativos, com o foco na orientação das pessoas, para ajudá-las a desenvolver um pensamento crítico acerca de suas próprias condições de vida, além de auxiliá-las a acessar os recursos aos quais têm direito de modo mais autônomo e independente.

(...) esse trabalho consiste em uma forma de intervenção mais direta e é feito com grupos de pessoas que compartilham situações de vida em comum, como por exemplo, grupo de idosos, mulheres em situação de violência, etc. Isso ocorre para que haja uma motivação entre os próprios membros do grupo, facilitando o processo.- (A)

Vale ressaltar que o trabalho do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social é em conjunto com outros profissionais como, Assistente Social, Polícia Militar, Conselho Tutelar, etc. Não é um trabalho de uma só pessoa, por isso, tem sido uma área procurada por estudantes/estagiários, por se tratar de uma área que sai do conceito de clínica.

“A atuação do psicólogo na atenção primária pode ser desenvolvida em conjunto com a equipe multidisciplinar de várias maneiras como: conhecer o contexto onde as pessoas vivem, bem como as situações socioeconômicas para planejar um plano de ação; elaboração de projetos que possam acolher essas pessoas de forma humanizada nas ESF; visitas a domicílio como objetivo de identificar as demandas psicológicas e fazer a escuta terapêutica, como também assistência à saúde mental que irá englobar todos os tipos de terapia: com grupos psicoterápicos, acompanhamento psicológico, atendimento individual, casal, família, grupos de prevenção e promoção da saúde.” (Nepomuceno; Brandão, 2011).

Todavia, vale ressaltar que o trabalho do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social não é um trabalho clínico, o que gera muita confusão para algumas pessoas, pois estão acostumadas com essa linha profissional do psicólogo.

Afirma a primeira entrevistada:

(...) não se trabalha com psicoterapia, o que gera uma dificuldade de compreensão até dos próprios profissionais pois há uma quebra de paradigmas, uma vez que a psicoterapia é o campo "esperado" de atuação do psicólogo.- (A)

4.3 DESAFIOS DENTRO DA ÁREA

A Psicologia Social e Comunitária é, sem dúvidas, uma das áreas mais difíceis para se atuar, principalmente, nos dias de hoje. Houve um forte movimento de cortes de verbas e de retrocessos na parte social, o que culminou em um aumento de apontamentos por parte dos profissionais da área e da população que usufrui do serviço.

Além do desafio de se integrar na comunidade e se fazer parte dela, também existem desafios envolvendo os próprios colegas de trabalho da rede. Há uma falha na comunicação entre os servidores muito grande, onde, por exemplo, mal sabem ao certo qual o papel exato de um Psicólogo dentro da unidade. Outro ponto é a falta de capacitações adequadas para os integrantes do quadro de funcionários.

Também é importante destacar que muitas vezes o próprio sistema interno acaba se fazendo por uma política assistencialista, como apenas entregas de cestas básicas, não se realizando uma intervenção eficaz e mais aprofundada para com a comunidade.

4.3.1 INFRAESTRUTURA

Notou-se que os desafios com a infraestrutura são os mais apontados dentro da rede. Eles vão além de problemas na estrutura física, muitas vezes a sistematização do SUAS é falha com seus profissionais e o público que se atende.

A infraestrutura deve ser compatível com os serviços ofertados para a população, mas a maioria dos psicólogos não têm uma sala própria para atendimentos. Também percebeu-se a falta de investimento com equipamentos (jogos socioeducativos, EPI's, materiais de trabalho) e até mesmo, por exemplo, veículos para a locomoção desses profissionais em suas visitas in loco.

(...) A falta de compreensão dos gestores gera falta de fomento e de infraestrutura também.-
(A)

Fica evidente que uma gestão participativa, coerente e atenta também é de extrema importância para se obter melhorias. Além de, muitas vezes os gestores serem cargos de confiança, o que desfavorece ainda mais a parte de aplicações, e acaba piorando quando o gestor não faz parte da área e não tem conhecimento sobre o “fazer”. Ademais, faltam investimentos eficazes por parte da administração, também faltam indivíduos que não vejam os investimentos apenas como “gastos”, e sim, como resoluções efetivas. Em adição, principalmente nos últimos anos, houve um movimento de desmonte do Sistema Único de Assistência Social, na intenção de se privatizar tudo, acarretando em um sucateamento da rede.

4.3.2 TRABALHO EM EQUIPE

Em toda a rede o trabalho em equipe é indispensável, ainda mais quando é necessário lidar com os desafios encontrados pela defasagem de profissionais e o alto índice de rotatividade dos mesmos.

(...) Dentro do próprio serviço tinham pessoas que me pediam para atender o filho, como se fosse uma psicoterapia.- (B)

Aqui, B relata sobre a falta de coerência entre os colegas de unidade. Como se sabe, o papel de um psicólogo dentro do SUAS/CRAS/CREAS é de trabalhar o social do indivíduo e não como psicoterapeuta (clínico).

Outro ponto importante destacado é que, com a alta rotatividade de profissionais, fica difícil manter um padrão de atendimento para com a comunidade. Muitas vezes se inicia algum projeto e o mesmo acaba incompleto. A falta de horários livres - pela falta de postos - para visitas in loco com a Assistente Social também é muito apontado; aqui é onde se vê falhas na comunicação e na efetividade de possíveis intervenções.

4.3.3 ESTIGMAS

“No Brasil, a psicologia foi regulamentada como profissão apenas em 1962, configurando-se, em especial, por meio do atendimento psicoterapêutico individual na clínica tradicional” (SOUZA; BARROS NETA; VIEIRA, 2012). Com a ampliação do desenvolvimento e reconhecimento da profissão no país, outras áreas de atuação do psicólogo passaram a ganhar espaço e reconhecimento. Entretanto, "a despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da ideia de que o(a) psicólogo(a) só faz Psicoterapia" (Conselho Federal de Serviço Social & Conselho Federal de Psicologia, 2007, p. 20). Todavia, os métodos de intervenção, assim como a abordagem e função do psicólogo, diferem dependendo da sua área de atuação, podendo ser diferentes da trabalhada na clínica tradicional. Na área da assistência social, foi apontado por ambos os entrevistados que há uma falta de compreensão dos próprios colegas de trabalho acerca da função e atuação do psicólogo dentro desse campo.

(...) Foi um grande desafio (...) a compreensão dos próprios colegas de trabalho sobre a sua função, porque eles esperam que você faça psicoterapia e nossa função lá (no CRAS) é muito específica.- (A)

Desse modo, pode-se afirmar que a visão da psicologia estritamente atrelada à clínica ainda está fortemente presente no imaginário da população e até mesmo dos próprios profissionais que "parecem compreender que essa atuação é a principal, senão a única, forma de a Psicologia contribuir com os usuários do sistema de saúde e com a comunidade" (CINTRA; BERNARDO, 2017). Assim, devido aos estigmas da profissão, espera-se que o psicólogo trabalhe exclusivamente com a

psicoterapia, porém, sua função dentro da área de assistência é mais abrangente e difere da clínica tradicional. Por esse motivo, o atendimento psicoterapêutico individual é pouco ou nada utilizado nesse campo, gerando insatisfação por parte dos colegas e gestores. Segundo a entrevistada "A", o afastamento da psicoterapia gera uma dificuldade de compreensão até dos próprios profissionais psicólogos, pois há uma quebra de paradigmas, uma vez que esse é o método mais conhecido e "esperado" de intervenção. Todavia, devido a falta de conhecimento da população e dos próprios colegas, juntamente com os estereótipos que cercam a profissão, o psicólogo passa a ter sua atuação e eficácia questionados, podendo gerar desconforto e afetar negativamente seus resultados no trabalho.

4.3.4 QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO

O SUAS é uma ferramenta de grande importância no país para o diagnóstico, prevenção e auxílio de pessoas em situação de vulnerabilidade. Por meio de seus serviços ofertados, busca-se fazer valer os direitos dessa população através de projetos, programas e benefícios socioassistenciais, visando sempre a autonomia do sujeito. Os Centros De Referência de Assistência Social, responsáveis pela oferta desses serviços são distribuídos territorialmente, divididos com base no porte municipal (CAETANO; GUIMARÃES; FIOROTTI, 2021). Desse modo, a administração é feita no âmbito municipal, porém, observou-se que não há uma atenção devida à capacitação desses gestores. "A" também postulou que enfrentou desafios da gestão sobre o próprio trabalho do psicólogo onde, frequentemente, os projetos traçados eram cortados por falta de compreensão desses gestores sobre a importância da realização desses trabalhos. O entrevistado B também relatou problemas relacionados à falta de qualificação da gestoria:

(...) a questão da gestão do CRAS era bem complicada porque a pessoa que coordenava não tinha muito conhecimento.- (B)

(...) Os gestores normalmente não possuíam qualificação ou especialização necessários para atuarem na área, o que resultava em conflitos.- (B)

Ademais, ambos os entrevistados também relataram problemas acerca da distribuição dos recursos financeiros, que, segundo eles, não eram feitos de maneira correta e eficaz para suprir a demanda de serviços. Segundo relatos da entrevistada "A", os investimentos muitas vezes eram vistos como gastos por não trazerem retornos financeiros imediatos. Diante disso, nota-se uma situação em que a gerência "restringe a agenda SUAS a resultados e busca pela eficácia, em detrimento da consolidação de um sistema que vinha se estruturando na busca de condições efetivas para contribuir para o enfrentamento à pobreza" (CARNEIRO et al., 2019, p. 38). Como resultado, segundo "B", a política assistencialista, que originalmente tem como enfoque a prevenção e superação da vulnerabilidade, passa a ter um caráter de reparação superficialista, divergindo do seu objetivo original e sem se preocupar em atuar sobre o cerne do problema.

"Com isso, reforça-se a necessidade de discussão técnica entre todos os trabalhadores que atuam na política de assistência social, com clareza do papel da vigilância socioassistencial na construção de saberes técnico-políticos e operativos, aprimorando o trabalho da política social" (CAETANO; GUIMARÃES; FIOROTTI, 2021).

Portanto, nota-se que a capacitação da gestão é um problema concreto e que deve ser levado em consideração pelos profissionais que atuam na área da assistência, uma vez que a qualidade e favorabilidade das condições de trabalho dependem diretamente desse fato.

4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Entrando no assunto Políticas Públicas, encontram-se os suportes às práticas de assistência, reflete a complexidade e os diversos olhares, saberes e práticas, que a Psicologia faz com o campo da assistência social. Desse modo, encontram-se diversas colaborações e reflexões, de variadas formações que contribuem para se discutir criticamente sobre a temática pública no país, discutem e refletem saberes e práticas no cotidiano. As questões abordadas sobre as Políticas Públicas do país dizem respeito a todos os profissionais que trabalham no campo da Assistência Social. Atualmente, as questões vinculadas à Política Pública e inclusão social,

começam a ter visibilidade às tecnologias de poder que foram implicadas com o governo, e que estão envolvidas nos controles de transformação de vidas, pelas políticas de gerenciamento dos riscos. Levantamentos como questão fundamental à lógica que expôs uma relação implícita entre as Políticas da assistência social e as Razões econômicas do Estado, a fragilidade e ambivalência surge desse meio, onde oscilam entre o favor e o direito, acabam afetando tanto os profissionais quanto os usuários dessa prática. Outrossim, como apontado pela entrevistada “A”, as políticas públicas assistencialistas no Brasil ainda possuem execução e fiscalização muito deficientes, fato esse que é fortalecido pela visão financeirizada dos investimentos, afetando a qualidade dos serviços ofertados para a população.

4.4.1 A EFICÁCIA

As políticas públicas, os instrumentos legislativos e as diretrizes técnicas são ótimos na teoria, porém a execução e a fiscalização são muito deficientes. No SUAS, por ser um serviço público, os investimentos são vistos pelos gestores como um “gasto” e a coordenação é feita de forma muito financeirizada. O objetivo do CRAS é trabalhar com foco na prevenção, havendo investimento nas ideias, porém a distribuição desses recursos é ineficiente, assim como a formação das equipes, que variam a quantidade de pessoas por território, e acabam sendo muito defasadas por essa falta de investimento. São poucos profissionais para a quantidade de pessoas por território, o que faz com que esses profissionais não consigam atender a toda essa demanda de trabalho.

(...) primeiro trabalho tinha um projeto PET vinculado com Bolsa Família, atendiam crianças que estavam no trabalho infantil mas não poderiam diminuir a quantidade de crianças, então mesmo crianças que não estavam em trabalho eram atendidas, então há um descaterização do trabalho; a prática é falha.- (A)

Desse modo, segundo a entrevistada “A”, é necessário uma negociação subjetiva para que haja a compreensão por parte dos profissionais e da população de que as políticas são acompanhadas de ações. Assim, ao proporcionar um benefício, a pessoa também tem que arcar com responsabilidades cuja garantia de serem cumpridas depende também da capacitação do profissional que está realizando o

acompanhamento desse indivíduo. Desse modo, não é um problema de exclusividade do programa, mas também da atuação e compreensão das pessoas sobre esses programas. Entretanto, não há espaço para a discussão e educação dos gestores e dos profissionais acerca de tais questões, o que dificulta na garantia da eficácia do trabalho oferecido.

4.4.2 A DESVALORIZAÇÃO

A Psicologia da Assistência Social não é uma área valorizada, pelo contrário, ela é totalmente desvalorizada. Muitos psicólogos terminam a sua graduação e jamais consideram entrar nessa área, por ser um campo muito complicado, desvalorizado e com muitas dificuldades. A maioria dos profissionais entram na assistência por meio de estágios e optam por continuar ali, mas quase nunca o tem em mente como primeira opção, por esta ser uma área onde não há muitos recursos suficientes para cobrir toda a demanda e, conseqüentemente, também não há profissionais suficientes para atender a todo o público que necessita desse atendimento. Como foi citado no tópico “ Estigmas”, muitos colegas de trabalho esperam que se realize a psicoterapia, porém, na área da assistência, a atuação do psicólogo e seus métodos de atuação são muito específicos.

(...) Mesmo que haja a diferença de coordenação por estados, âmbito municipal posso falar por estado, modo de distribuição de recursos, depende muito do governo, se dão a valorização ou não.- (A).

(...) Por tudo o que eu já passei, no âmbito municipal tive uma situação que eu senti um investimento ali no trabalho como um todo na assistência social.- (A).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, no presente trabalho foram abordados temas acerca do papel e da atuação do psicólogo na assistência social, assim como as dificuldades que permeiam a atuação dos profissionais nessa área.

Por meio das pesquisas e entrevistas, notou-se que há uma falta de preparação acadêmica que engloba todos os aspectos necessários para uma atuação sem dificuldades do psicólogo nessa área. Também observou-se que a falta de atenção

voltada a esse campo afeta diretamente a qualidade do serviço ofertado, o que também é agravado pela falta de conhecimento dos profissionais, dos gestores e da própria população acerca do papel e método de atuação do psicólogo fora da clínica tradicional.

Dessa maneira, com base nos fatos apresentados acima e ao longo do trabalho, entende-se que, apesar da grande importância dos serviços oferecidos pelo SUAS à população, as barreiras de atuação do psicólogo nesse tópico são inúmeras e requerem uma mudança que deve começar desde o processo de formação desses profissionais. Ademais, também se faz necessário trazer à tona sua importância para a própria população que, não raramente, desconhece seus benefícios.

6. REFERÊNCIAS

ANDERY, A.A. Psicologia na comunidade. In: **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.205

CAETANO, Marina; GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; DE OLIVEIRA FIOROTTI, Marlene Rosa. **Política de Assistência Social: avaliação da gestão municipal a partir do Censo SUAS**. ARGUMENTUM (VITÓRIA), 2021.

CARDOSO, Leonam Emanuel Ferreira; GUIMARAES, Rodolfo Ferreira; DA SILVA, Roberta Barbosa. O Papel do Psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social. **Revista Mosaico**, v. 13, n. 1, p. 113-124, 2022.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; ARAUJO, Cleonice Correia; DE ARAUJO, Maria do Socorro Sousa. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. **Revista Ser Social, Brasília**, v. 21, n. 44, p. 29-47, 2019.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2008). **Conheça o CREPOP**. Recuperado em setembro de 2022, de <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-crepop-cras-suas.pdf>

CINTRA, Marcela Spinardi; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Atuação do psicólogo na atenção básica do SUS e a psicologia social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 883-896, 2017.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A ação pedagógica de Itard na educação de Victor, o “selvagem de Aveyron”: contribuição à história da psicologia. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 18, p. 37-49, 2010.

CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa. Psicologia na assistência social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2018.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Banco Social de Serviços. Relatório Final. **Brasília: Conselho Federal de Psicologia**.

Conselho Federal de Psicologia (2007). **Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília.

DA COSTA, Gilmaisa Macedo. **Revisitando o Serviço Social clássico| Revisiting Classic Social Work**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 15, n. 40, 2017.

DE CARVALHO NETO, Marcus Bentes; MAYER, Paulo César Morales. Skinner e a assimetria entre reforçamento e punição. **Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 19, p. 21-32, 2011.

DE SOUZA, Gleyciane Maria; DOS SANTOS, Marcieli Sales; ROMÃO, Michele Nascimento. Possibilidade de atuação do profissional de psicologia nas unidades básicas de saúde. **Integración Académica en Psicología**.

GIUSTI, Tiago. Assistência Social na contemporaneidade: os 10 maiores desafios. **Portabilis**, 2022. Disponível em: <<https://blog.portabilis.com.br/assistencia-social-na-contemporaneidade-os-10-maiores-desafios/>>. Acesso em: 27 set. 2022.

GONDIM, Jorge Vinícios Silva; BEZERRA, JOSINETE DE CARVALHO; DA COSTA, Rafaela Ribeiro Saraiva. POSITIVISMO, FENOMENOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL: CRÍTICA ÀS EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO CONSERVADORISMO. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

Os desafios da atuação do psicólogo com os adolescentes em conflito com a lei. **Sindicato dos Psicólogos do Paraná**, 2015. Disponível em: <<http://www.sindypsipr.com.br/site/os-desafios-da-atuacao-do-psicologo-com-os-adolescentes-em-conflito-com-a-lei/>>. Acesso em: 27 set. 2022.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 12-21, 2011.

SCOTT, Juliano Beck et al. Desafios da atuação do psicólogo em centros de referência da assistência social (Cras). **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 125-141, 2019.

SOUZA, Edvalda Ludmilla Cunha de; BARROS NETA, Fernanda Teixeira de; VIEIRA, Emanuel Meireles. Interface do plantão psicológico e as políticas de assistência social. **Revista do NUFEN**, v. 4, n. 2, p. 71-82, 2012.

TODOROV, João Claudio; HANNA, Elenice S. Análise do comportamento no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 143-153, 2010.